



PROTIST	
307-1800/16.0	
FLS.	RUBRICA
257	<i>[assinatura]</i>

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO N.º 004/2017

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da **SECRETARIA DOS TRANSPORTES - ST**, sita na Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 7º andar, criada pela Lei Estadual 14.733/2015, inscrita no CNPJ 08.838.143/0001-89, representado neste ato pelo seu titular **Sr. Pedro Bandarra Westphalen**, doravante denominado **CONCEDENTE** e a empresa **OI MÓVEL S.A**, em **Recuperação Judicial**, sita à Setor Comercial Norte, quadra 03, bloco A, térreo, parte 2, Edifício Estação Telefônica – Brasília/DF, representada neste ato pelo **Sr. Álvaro Leopoldo do Nascimento Neto**, Carteira de Identidade nº 1.506.297 SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o Nº 658.188.901-63, e pelo **Sr. Adriano Andrey Israel**, Carteira de Identidade nº 4.037.794-6 SSP/SC, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o Nº 896.371.439-04, doravante denominado **CONCESSIONÁRIA** resolvem, tendo em vista o que consta no expediente administrativo nº 000307-18.00/16-0, firmar o presente Contrato de Concessão Remunerada de Uso mediante as cláusulas e condições a seguir expressas, definidoras de direitos, obrigações e responsabilidades recíprocas.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do Processo administrativo nº 307-18.00/16-0, com dispensa de licitação fundamentada no artigo 24, inciso V, da Lei nº 8.666/1993 e se regerá sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1. DO OBJETO

1.1. Concessão remunerada de uso de dois (02) Lotes, em pontos de áreas ATP, à empresa operadora de telefonia móvel, para instalação de equipamentos de sua propriedade, nos Terminais de Passageiros dos Aeroportos Regionais de Passo Fundo (Lote 01) e Santo Ângelo (Lote 02), com a finalidade de melhoria de sinal de comunicação dos usuários de celular, de conformidade com Termo de Referência – Anexo III.

CLÁUSULA 2. DO PREÇO

2.1 A contraprestação que a **CONCESSIONÁRIA** pagará mensalmente à **CONCEDENTE** será o valor fixo de R\$ 4.144,00 (quatro mil e cento e quarenta e quatro reais).

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300 – Fax: (51) 3226-5893

[assinatura]
Álvaro Leopoldo do N. Neto
Serviços Patrimoniais
Regional Sul
Diretoria de Patrimônio

[assinatura]
Adriano Andrey Israel
Gerente Reg. Serviços Patrimoniais



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

CLÁUSULA 3. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

3.1 O valor fixo do preço do presente contrato será reajustado anualmente, após decorrido o prazo de 12 (doze) meses do início de vigência do contrato, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado/IGP-M, editada pela Fundação Getúlio Vargas, sendo que para o primeiro reajuste do contrato, o índice deverá ser calculado desde a data da apresentação da proposta até o término dos 12 meses; ou sempre que houver atualização dos valores básicos mínimos, constantes na Tabela 3 da Portaria ST Nº 016/2016, D.O.E. de 31/03/2016, por ato do Secretário Estadual dos Transportes, caso o valor retributivo fique inferior ao preço específico mensal mínimo atualizado na referida tabela.

3.2 Na ocorrência de qualquer hipótese, o reajuste será implementado a partir do mês subsequente ao 12º mês de vigência ou ao da publicação da portaria de atualização, de forma automática, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA 4. DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento do valor da contraprestação e das taxas de ressarcimento, quando houverem, deverá ser efetuado pela CONCESSIONÁRIA, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, através de Guia de Arrecadação-GA, cujo código é 505. A GA é gerada através da Internet, disponível no site da CONCEDENTE: www.st.rs.gov.br – Serviços – ST - Guias de Arrecadação / Taxas de Serviço – CONCESSÃO DE DIREITO DE USO – ÁREA AEROPORTO.

CLÁUSULA 5. DAS RECEITAS

5.1 As receitas decorrentes do presente contrato serão registradas segundo a classificação 1.333.99.01.0001, destinadas conforme o item 6.5 do Termo de Referência – Anexo III.

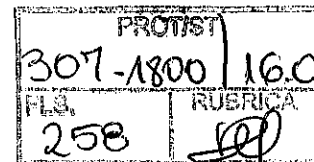
CLÁUSULA 6. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

6.1 Os valores do presente contrato não pagos na data do adimplemento da obrigação sofrerão multa prevista no item “12.1.2 - a)” da Cláusula Décima Segunda, e serão corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pro-rata die, pelo Índice Geral de Preços – Mercado/IGP-M.

CLÁUSULA 7. DOS PRAZOS

7.1 O prazo para o início da CONCESSÃO é de até 05 (cinco) dias a contar da data de recebimento de sua Autorização de Início, emitida pelo Departamento Aeroportuário.

7.2 A autorização de Início somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado e conforme disposto no subitem 7.6 do Anexo III Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

7.3 O prazo de duração desta contratação, será de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado, nos termos do que dispõe a Resolução Nº 302 da ANAC, de 05/02/2014. Período considerado para a amortização de investimento.

CLÁUSULA 8. DAS BENFEITORIAS

8.1 A realização de quaisquer benfeitorias e obras só poderão ser realizadas com autorização expressa e por escrito da CONCEDENTE.

8.2 As instalações aprovadas não poderão ser alteradas sem nova aprovação do DAP/ST;

8.3 Os custos para as instalações nas áreas objeto, todo o equipamento - máquinas, móveis e utensílios, benfeitorias a serem construídas - necessárias e indispensáveis ao funcionamento do objeto licitado, de acordo com projetos (desenhos, detalhes e orçamentos) aprovados pelo CONCEDENTE, conforme Termo de Referência, serão de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA;

8.4 As instalações e todos equipamentos móveis e desmontáveis, poderão ser retirados pela CONCESSIONÁRIA, desde que não afetem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento;

8.5 As benfeitorias fixas que vierem a ser efetuadas pela CONCESSIONÁRIA e que integrarem a estrutura e substância do imóvel passarão à propriedade da CONCEDENTE tão logo sejam concluídas, independentemente de qualquer indenização, observado o constante no subitem 8.1 desta cláusula.

CLÁUSULA 9. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Dos Direitos

9.1.1 Da CONCEDENTE:

9.1.1.1 perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado; e

9.1.1.2 Designar empregados para fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, notadamente as condições de conservação e segurança; bem como da utilização, funcionamento e operacionalidade das áreas e atividades fins do objeto, considerando a redação expressa no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.1.2. Da CONCESSIONÁRIA:

9.1.2.1 Receber as áreas descritas no Objeto deste contrato, nas condições em que se encontram.

9.1.2.2 Desenvolver suas atividades, nos termos do contrato e do Termo de Referência – Anexo III.

9.2. Das Obrigações

9.2.1. Do CONCEDENTE:

9.2.1.1 Emitir autorização para o início da CONCESSÃO do seu objeto, após cumpridas as exigências da Cláusula Décima Quarta – Da Eficácia deste contrato.

9.2.1.2 Dar CONCESSÃO de uso à CONCESSIONÁRIA, disponibilizando as áreas descritas no Objeto, para a exploração das atividades fins.

9.2.1.3 Fazer a vistoria das áreas concedidas quando da devolução por parte da CONCESSIONÁRIA para fins de cumprimento do disposto no subitem 9.2.2.14.

9.2.2 Da CONCESSIONÁRIA:

Alvaro Leopoldo do N. Neto
Diretor Regional Sul
Secretaria de Transportes
Antonio Antunes Isenhardt
Gerente de Serviços Patrimoniais



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

9.2.2.1 Obrigar-se a providenciar seguro, com integral cobertura, de responsabilidade geral contra roubo, furto, incêndio, perda total, avarias ocasionadas por atos involuntários e danos decorrentes da conservação e uso da área. Uma cópia das Apólice deverá ser entregue ao Concedente;

9.2.2.2 Efetuar o pagamento ajustado;

9.2.2.3 Pagar com o estipulado na Cláusula Quarta uma taxa de ressarcimento de coleta de lixo e outras taxas, se houverem, cujo valor será determinado através de rateio feito pelo CONCEDENTE, bem como quaisquer ônus que recaiam sobre a(s) área(s) utilizada(s), incluindo-se tributos municipais, estaduais ou federais;

9.2.2.4 Manter os serviços oferecidos atualizados e com alta qualidade, os quais justificam a concessão objeto deste contrato;

9.2.2.5 Fornecer ao Concedente a relação nominal do pessoal que trabalhará no local para instalações e manutenções dos equipamentos, com a respectiva qualificação, atualizando-a quando ocorrer qualquer alteração;

9.2.2.6 Os prepostos e funcionários deverão estar identificados com credenciais que serão fornecidos pelo DAP, por solicitação da Concessionária, conforme atos normativos da ANAC (IAC e/ou Resoluções). Em caso de extravio, a segunda credencial será fornecida mediante reembolso dos respectivos custos, através de Guia de Arrecadação do Tesouro do Estado – GA;

9.2.2.7 Conservar e manter a área concedida em perfeitas condições de funcionamento, conservação, limpeza, segurança e higiene, dando solução adequada à retirada de lixo e seu depósito em local designado pelo Administrador Local do Aeroporto;

9.2.2.8 Não transferir a presente CONCESSÃO a terceiros, sem que haja autorização expressa e por escrito do CONCEDENTE;

9.2.2.9 Manter os equipamentos em operação, vinte e quatro (24) horas por dia, todos os dias;

9.2.2.10 Respeitar e cumprir integralmente o horário de funcionamento do aeroporto, diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, ficando proibido o funcionamento dos serviços de instalações e manutenções dos equipamentos que atendem à atividade objeto do contrato, fora das condições aqui estipuladas, salvo em casos excepcionais devidamente autorizados pelo CONCEDENTE;

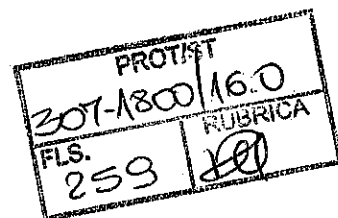
9.2.2.11 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.2.12 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitada, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.2.13 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

9.2.2.14 Retirar do lote todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, desde que não afetem a estrutura e substância das áreas, e restituir as mesmas em perfeitas condições, pintadas e com reparação de quaisquer danos ou estragos verificados, no prazo de 60(sessenta) dias, findo ou rescindido o contrato;

9.2.2.15 A inadimplência da Concessionária, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao Concedente a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

- 9.2.2.16 Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao Concedente ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 9.2.2.17 Atender a legislação aeronáutica pertinente, as determinações e normas específicas, emanadas a qualquer tempo, tanto pelo DAP como pela Autoridade Aeronáutica;
- 9.2.2.18 Atender a legislação trabalhista e as leis sociais, assim como demais leis Federais, Estaduais e Municipais pertinentes a atividade a ser desenvolvida;
- 9.2.2.19 Observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, submetendo-se à orientação e fiscalização dos órgãos competentes;
- 9.2.2.20 Atender a legislação vigente sobre Prevenção de Acidentes, Segurança e Higiene do Trabalho.

CLÁUSULA 10. DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 11. DA RESCISÃO

- 11.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, Lei federal nº 8.666/93.
- 11.2 O presente contrato poderá ser denunciado a qualquer tempo por interesse administrativo, sem que caiba a qualquer título, indenização ou compensação pela rescisão do contrato.
- 11.3 Também durante a vigência deste instrumento, ficará sujeita a CONCESSIONÁRIA se der lugar à rescisão, a indenizar ao CONCEDENTE em tantas vezes o valor mensal quantos forem os meses que faltarem para o término do contrato, considerando como base de cálculo o valor mensal vigente à época da rescisão.
- 11.4 Findo ou rescindido o contrato, o CONCEDENTE entrará de imediato e de pleno direito, na posse das áreas, sem que assista à CONCESSIONÁRIA qualquer direito à indenização ou compensação.
- 11.5 Na ocorrência de qualquer hipótese a CONCESSIONÁRIA, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, deverá retirar da área, os bens, mobiliários e equipamentos de sua propriedade, sob pena de não o fazendo, serem os mesmos considerados abandonados e com destinação a critério do CONCEDENTE.
- 11.6 Até a efetiva desocupação da área a CONCESSIONÁRIA obriga-se ao pagamento do preço específico e dos demais encargos estabelecidos neste contrato.

CLÁUSULA 12. DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

12.1 No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONCESSIONÁRIA, ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

[Assinatura]
Alvaro Leopoldo do N. Neto
Serviços Patrimoniais
Regional Sul
Diretoria de Patrimônio
Assessoria Jurídica / Assessoria
Gestão de Recursos Humanos



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

12.1.1 Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;

12.1.2 Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

a) De 0,5% (zero, cinco por cento) por dia de atraso que exceder o prazo fixado para pagamento do valor retributivo mensal, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor da obrigação;

b) descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: 5% (cinco por cento);

c) inexecução total do acordo: 10% (dez por cento).

12.1.2.1 As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

12.1.2.2 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

12.1.3 Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

b) falhar ou fraudar na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

12.1.3.1 A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesas.

12.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

12.3 Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.

12.4 Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.

12.5 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

12.6 A aplicação de sanções não exime a CONCESSIONÁRIA da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

12.7 As multas deverão ser recolhidas, por guia de arrecadação, código 505, conforme disposto no Decreto nº 46.566/2009, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 13. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

13.1 A CONCESSIONÁRIA se responsabilizará civilmente por todos os danos causados nas dependências do objeto da licitação, consoante artigo 927 do Código Civil.

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900

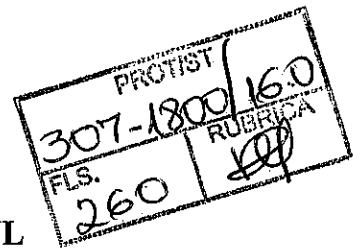
Fone: (51) 3288-5300 – Fax: (51) 3226-5893

Alvaro Leopoldo do N. Neto
Serviços Patrimoniais
Regional Sul
Diretoria de Patrimônio

Paulo Roberto de Souza
Coordenador de Serviços Patrimoniais
GUSA - Regional Sul



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES



CLÁUSULA 14. DA EFICÁCIA

14.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

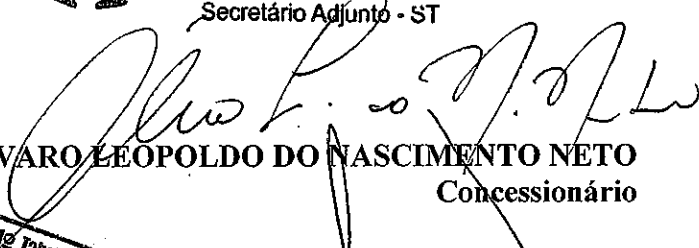
15.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

15.2 E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 25 de Agosto de 2017.


PEDRO BANDARRA WESTPHALEN
Concedente


Vanderlan Frank Carvalho
Secretário Adjunto - ST

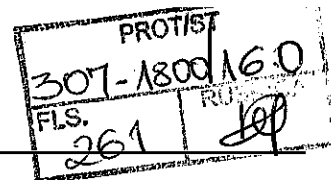

ÁLVARO LEOPOLDO DO NASCIMENTO NETO
Concessionário


ADRIANO ANDREY ISRAEL
Concessionário

Testemunhas:

tabelionato 1º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE - RS
RUA ANDRADE NEVES, 159 - CENTRO - PORTO ALEGRE - RS - FONE:(51) 3079-5300
BEL. AYRTON BERNARDES CARVALHO - TABELIÃO
Reconheço a AUTENTICIDADE da firma de Alvaro Leopoldo do
Nascimento Neto, indicada com a seta de uso deste tabelionato.
EM TESTE DA VERDADE
Porto Alegre, 25 de agosto de 2017
Rec. Firma: R\$ 6,70 + Sel. digital: R\$ 140,0430.01.1700004.03041 [C3A]
CONFERÊNCIA DO SELO DIGITAL: WWW.TJRS.JUS.BR

tabelionato 1º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE - RS
RUA ANDRADE NEVES, 159 - CENTRO - PORTO ALEGRE - RS - FONE:(51) 3079-5300
BEL. AYRTON BERNARDES CARVALHO - TABELIÃO
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de Adriano Andrey Israel,
indicada com a seta de uso deste tabelionato, e a qual confere com a
ficha padrão aqui depositada.
EM TESTE DA VERDADE
Porto Alegre, 25 de agosto de 2017
Rec. Firma: R\$ 6,70 + Sel. digital: R\$ 140,0430.01.1700004.03043 [687]
CONFERÊNCIA DO SELO DIGITAL: WWW.TJRS.JUS.BR



Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

SECRETARIO: VICTOR HUGO ALVES DA SILVA
End: Av. Borges de Medeiros, 1501 - 19º andar
Porto Alegre/RS - 90119-900
Gabinete do Secretário

CONTRATOS

Assunto: Contrato
Expediente: 000565-1100/15-2

SÚMULA DE TERMO ADITIVO

PARTES: SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER E VERTE FILMES LTDA.
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Sexta - Dos Prazos, prorrogando até 29 de novembro de 2018 o contrato firmado em 17/08/2015 e publicado no D.O.E. de 19 de agosto de 2015, com prazo de vigência de 24 meses, para execução do Projeto Cultural "DE QUE ARTE SE OCUPAM AS PESSOAS MORTAS".
As demais cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas e em plena vigência.

Código: 1807507

Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - OSPA

SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: ROGÉRIO BEIDACKI
End: Rua Vinte e Quatro de Outubro, 850 - conj. 305
Porto Alegre/RS - 90510-000

BOLETINS

Boletim nº 65/17

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições RETIFICA o boletim 05/17 publicado no Diário Oficial do Estado de 26.01.2017 e o boletim 06/17 publicado no Diário Oficial do Estado de 16.02.2017, declarando que os servidores designados como fiscais de contrato de repasse/convenio 840798/16/Minc são: Alexandre Brasil Miranda, ID 4392671/01 e Rodrigo Lemos, ID 3386783/04 e não como constou.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2017.

Ivo A Nesrala,
Presidente

Código: 1806886

Boletim nº 66/17

O Presidente da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - Fospa, no uso de suas atribuições, CONCEDE ao servidor Fábio Augusto Meniz, ID 3013251/01: Licença-prêmio correspondente ao quinquênio 27/08/12-26/08/17 e Gratificação Adicional de 25% c/mo Art. 115, L. 10098/94.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2017.

Ivo A Nesrala,
Presidente.

Código: 1806891

Boletim nº 67/17

Assunto: Aditamento de contrato
Expediente: 16/1157-0000141-9
CONTRATANTE: Fospa; CONTRATADO: PROCERGS: OBJETO: retirada de serviço HPW (hospedagem de site).

Porto Alegre, 29 de agosto de 2017.

Ivo A Nesrala,
Presidente.

Código: 1806900

Secretaria de Minas e Energia

Companhia Estadual de Geração e Transm. de Energia Elétrica - CEEE GT

DIRETOR-PRESIDENTE: PAULO DE TARSO PINHEIRO MACHADO
End: Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 - p. A m. 1
Porto Alegre/RS - 91410-400

LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO: GRUPO CEEE/6000000503

Abertura: 14/09/2017, às 08h. Objeto: Reforma de 7 (sete) compressores semi-herméticos 06E. A retirada do Edital e informações adicionais poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio A, Sala 428, Poa/RS, fone (51) 3382-4846, no horário comercial, ou pelo site www.ccee.com.br.

Código: 1806859

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

DIRETOR-PRESIDENTE: PAULO DE TARSO PINHEIRO MACHADO
End: Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 - p. A1 s/721
Porto Alegre/RS - 91410-400

LICITAÇÕES

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - PREGÃO ELETRÔNICO: CEEE-D/6000000140

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica comunica que foi prorrogada a data para abertura das Propostas, da referida licitação, para o dia 18/09/2017, às 8h, no local indicado no Edital. A abertura da sessão de disputa ocorrerá às 9h da mesma data, no endereço eletrônico www.pregaobannisul.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO: CEEE-D/6000000499

Abertura: 13/09/2017, às 08h. Objeto: Contratação de teste de rigidez e dielétrica em EPI's e EPC's. A retirada do Edital e informações adicionais poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio A, Sala 428, Poa/RS, fone (51) 3382-4846, no horário comercial, ou pelo site www.ccee.com.br.

Código: 1806857

Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul

DIRETOR-PRESIDENTE: CLAUDEMIR BRAGAGNOLO
End: Rua Sete de Setembro, 1069 - 5º andar
Porto Alegre/RS - 90010-191

LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 0023/17

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, com sede na Rua Sete de Setembro, 1069 - 5º andar, Porto Alegre/RS, torna público a seguinte licitação: Pregão Eletrônico 0023/2017 Tipo: Menor Preço; Data: 13/09/2017, às 9h; Objeto: Constituição de Registro de Preços para eventual contratação de fornecimento de elementos filtrantes conforme detalhamento constante do Anexo I - Termo de Referência deste Edital. O Edital e seus anexos estarão disponíveis nos sites www.sulgas.rs.gov.br e www.pregaobannisul.com.br. Mais informações, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, com a Equipe do Pregão, tel. (51) 3287-2200, e e-mail: pregao@sulgas.rs.gov.br.
Porto Alegre, 30 de agosto de 2017.

Cibele Elaine Vencato
Pregoeira

Código: 1806275

Secretaria dos Transportes

Secretaria dos Transportes

SECRETÁRIO: PEDRO BANDARRA WESTPHALEN
End: Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar
Porto Alegre/RS - 90119-900

SÚMULAS

SÚMULA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 020/2015

Expediente Administrativo: 820-0400/13-0

Partes: Secretaria dos Transportes e a R.P. Administração & Participação Ltda. CNPJ: 08.495.847/0001-04.

Objeto: O presente Expediente passa a ter as seguintes alterações:

- Fica aditada a Cláusula Sélima - Dos Prazos, prorrogando o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 11 de setembro de 2017 até o dia 10 de setembro de 2018.
- Fica alterado o nome da Razão Social da Concessionária de R.P. Administração & Participação Ltda, para R.P. Energia Ltda.

Código: 1807536

SÚMULA DO CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO N.º 004/2017

Expediente Administrativo nº: 0307-18.00/16-0

Partes: Secretaria dos Transportes e a empresa Oi Móvel S.A. - CNPJ: 05.423.963/0001-11;

Objeto: Concessão remunerada de uso de dois (02) Lotes, em pontos de áreas ATP, à empresa operadora de telefonia móvel, para instalação de equipamentos de sua propriedade, nos Terminais de Passageiros dos Aeroportos Regionais de Passo Fundo (Lote 01) e Santo Ângelo (Lote 02), com a finalidade de melhoria de sinal de comunicação dos usuários de celular, de conformidade com Termo de Referência - Anexo III.

Valor: R\$ 4.144,00 (quatro mil e cento e quarenta e quatro reais) mensal;

Prazo: 60 (sessenta) meses;

Código: 1807537

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

DIRETOR-GERAL: ROGÉRIO BRASIL UBERTI
End: Av. Borges de Medeiros, 1555
Porto Alegre/RS - 90110-150

Direção-Geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

CONTRATOS

Assunto: Contrato

Expediente: 17/0435-0024927-6

Termo Aditivo Nº 1 Contrato: 2017/020064

CONTRATANTE: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem; CONTRATADO: Concesul Britagem Ltda; OBJETO: Exec. de serv. de restauração dos pavimentos das rodovias VRS/813 (trecho 813VRS0015), ERS-431 (trechos 431ERS0020 E 431ERS0030) e ERS 448 (TRECHO 448ERS0030), contemplados no Programa de Reabilitação/Restauração "Restauração"; OBJETO DO ADITIVO: Pror. o prazo p/ 21/JAN/2018; PRAZO: 360 dias; VIGÊNCIA: A contar do sexto dia do recebimento da autorização de serviço.; INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: *FUNDAMENTO: Licit. Pregão Eletr., Ed. n.º PE/769/CELC/2016. *FUNDAMENTAÇÃO: Resolução nº 7367, do Conselho de Adm. do DAER/RS, objeto do exp., que se encontra a disp. dos interessados no DAER/RS. * TA 01 AO CT AJ/T004/17. DATA: 24/08/17.

Código: 1807508

Assunto: Contrato

Expediente: 17/0435-0030068-9

Termo Aditivo Nº 6 Contrato: 2013/020293

CONTRATANTE: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem; CONTRATADO: Ste Servicos Tecnicos de Engenharia S/A; OBJETO: Exec. dos serv. de Elabor. do Projeto Final de Engenharia de Pontes e Viadutos em Concreto Armado, na Rod. RS/118 - Trecho: Gravatá - Sapucaia do Sul; OBJETO DO ADITIVO: Reconit. de prazo, em decorrência de sua paralisação pelo período de 25/11/2014 a 20/07/2017, passando seu termo final para a data 30/SET/17.; PRAZO: 22/09/1998 até 30/09/2017; INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: *FUNDAMENTAÇÃO: Licit. Convite, Ed. n.º 385/98-CELC. *FUNDAMENTO: Resolução nº 7359, do Conselho de Adm. do DAER/RS, que se encontra a disp. dos interessados no DAER/RS. * TA 06 AO CT PJ/CD/340/98. DATA: 28/08/17.

Código: 1807509

